



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA EMANUELA DE ARAÚJO BRANDÃO

**A INFÂNCIA ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL: O PAPEL DA FAMÍLIA NA
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA.**

**CAMPINA GRANDE-PB
2022**

MARIA EMANUELA DE ARAÚJO BRANDÃO

**A INFÂNCIA ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL: O PAPEL DA FAMÍLIA NA
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA.**

Artigo apresentado à coordenação
/departamento Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduação em Pedagogia.

Orientador: Profa. Ma. Magnólia de Lima Sousa Targino.

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B817i Brandao, Maria Emanuela de Araujo.

A infância enquanto construção social [manuscrito] : o papel da família na educação da criança / Maria Emanuela de Araujo Brandao. - 2022.

23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Magnólia de Lima Sousa Targino, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Infância. 2. Criança. 3. Família. 4. Educação. I. Título

21. ed. CDD 305.232

MARIA EMANUELA DE ARAÚJO BRANDÃO

A INFÂNCIA ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL: O PAPEL DA FAMÍLIA NA
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA.

Artigo apresentado à coordenação
/departamento Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduação em Pedagogia.

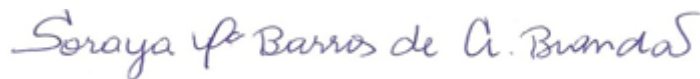
Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 24 /02 / 2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Magnólia de Lima Sousa Targino (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida
Brandão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“A Deus, por ter me dado condições de chegar até aqui,
DEDICO.”

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

CF Constituição da República Federativa do Brasil

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB Lei de Diretrizes e Bases

SciELO Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	REVISANDO A TRAJETÓRIA SOCIAL E HISTÓRICA DA INFÂNCIA.....	09
2.1	O papel da família no desenvolvimento da infância e da criança.....	11
2.1.1	<i>A infância nos séculos XIX e XX e na contemporaneidade.....</i>	13
2.1.2	<i>As representações da família sobre a infância.....</i>	15
2.1.2.1	<i>A sociologia da infância.....</i>	16
2.1.2.1.1	Marcos regulatórios no atendimento educacional de crianças no Brasil.....	17
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	22

A INFÂNCIA ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL: O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA.

CHILDHOOD AS A SOCIAL CONSTRUCTION: THE ROLE OF THE FAMILY IN CHILD EDUCATION.

Maria Araújo Brandão¹

RESUMO

A maneira que a criança e a infância são compreendidas na sociedade é objeto de estudo de variados campos do conhecimento, por ser um aspecto de grande relevância em questões como as práticas parentais, práticas pedagógicas e as políticas públicas implementadas para este público. O desenvolvimento da categoria social infância sempre esteve alinhado com a evolução da estrutura familiar e até hoje esse núcleo auxilia sobremaneira o desenvolvimento da criança nos aspectos morais, biológicos, emocionais, cognitivos e sociais. Este trabalho visa analisar, através de pesquisa bibliográfica, o papel da família na trajetória histórica e social da infância, para tanto, foram propostos como objetivos específicos: investigar a mudança do papel da criança na sociedade; compreender o papel da família nessa mudança de perspectiva sobre a criança e analisar os marcos legais que comprovam a centralidade que a criança passa a ocupar na contemporaneidade entrelaçando com a importância das instituições de educação e da família. A fundamentação teórica baseou-se nos estudos clássicos de Ariés (1981) e outros autores complementares (Pinto, 1997; Montandon, 2005; Piaget, 1975;1977), configurando-se numa pesquisa qualitativa descritiva. O arcabouço teórico foi extraído dos estudos realizados nos diferentes componentes curriculares e na experiência do programa de extensão vivenciadas durante a formação acadêmica da autora, como também de pesquisas realizadas em bancos de dados digitais (google acadêmico, Scielo e repositórios institucionais) por meio de termos que se inter-relacionassem com o objeto de estudo, como: “aspectos históricos da infância”; “infância como construção social” e “práticas parentais”, buscando respaldo para nosso trabalho em outros estudos. Constatou-se que a família foi um importante agente na configuração da infância enquanto categoria, a partir da sua diferenciação em relação às outras fases da vida humana reconhecendo as suas especificidades. Foi verificada a importância da estrutura familiar para a criança nos aspectos do seu desenvolvimento moral, emocional, biológico, cognitivo e social, sobretudo na fase da primeira infância. Constata-se na atualidade que as políticas destinadas à infância estão voltadas para a integralidade na educação da criança. Nesse sentido, ressalta-se que o entrelaçamento entre as estruturas família e escola é um pilar fundamental para o alcance desses objetivos e consequente efetivação dos direitos da criança.

Palavras-chave: Infância. Criança. Família. Educação.

ABSTRACT

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba, e-mail: emanuelaraujo0116@gmail.com

The way that children and children are understood in society is the object of study of various fields of knowledge, because it is an aspect of great relevance in issues such as parental practices, pedagogical practices and public policies implemented for this public. The development of the social category childhood has always been aligned with the evolution of the family structure and to this day this nucleus greatly assists the development of the child in the moral, biological, emotional, cognitive and social aspects. This work aims to analyze, through bibliographic research, the role of the family in the historical and social trajectory of childhood, for this purpose were proposed as specific objectives: to investigate the change of the role of the child in society; to understand the role of the family in this change of perspective on the child and to analyze the legal milestones that prove the centrality that the child begins to occupy in contemporaneity intertwining with the importance of education institutions and the family. The theoretical foundation was based on the classical studies of Ariés (1981) and other complementary authors (Pinto, 1997; Montandon, 2005; Piaget, 1975/1977), configuring itself in a descriptive qualitative research. The theoretical framework was extracted from the studies carried out in the different curricular components and in the experience of the extension program experienced during the author's academic training, as well as from research conducted in digital databases (google academic, Scielo and institutional repositories) through terms that interrelated with the object of study, such as: "historical aspects of childhood"; "childhood as a social construction" and "parental practices", seeking support for our work in other studies. It was found that the family was an important agent in the configuration of childhood as a category, from its differentiation in relation to other phases of human life recognizing its specificities. The importance of the family structure for the child was verified in the aspects of their moral, emotional, biological, cognitive and social development, especially in the early childhood phase. It is currently observed that the policies aimed at childhood are focused on integrality in the education of the child. It is emphasized that the intertwining between the family and school structures is a fundamental pillar for achieving these objectives and consequently effecting the rights of the child.

Keywords: Childhood. Child. Family. Education.

INTRODUÇÃO

A infância tem sido alvo de bastante interesse por parte de diversos campos do estudo nas últimas décadas. Embora se constitua um objeto de estudo que recebe atenção devida apenas recentemente, os conhecimentos sobre essa categoria geracional se multiplicam cada vez mais, sendo relacionada a diversos temas e campos do estudo. As significações que a infância recebe ao longo do tempo histórico é diretamente condicionada às transformações sociais (Kuhlmann, 1988), de modo que na contemporaneidade, marcada pela pós-modernidade, o conhecimento é tido como socialmente construído, e nenhum conhecimento está acabado e finalizado, mas se reconstruindo a partir de vários condicionantes.

A partir desse pensamento a infância deixa de ser compreendida como uma estrutura estática, fechada em uma país chamado infância (Frota, 2007) no qual todas as crianças são felizes, vivem uma infância ideal e intocada, marcada pela inocência,

despreocupação e pureza, para ser entendida na pós-modernidade como uma construção. Nesse sentido, as crianças não estão a parte do mundo, mas são afetadas por situações sociais que atingem toda a sociedade, portanto, para que se reconheça verdadeiramente a infância e suas especificidades é necessário que observe a criança a partir da situação em que está inserida.

A família enquanto estrutura social se mostra no cerne dos assuntos relacionados à infância. Desde a idade média, conforme Ariés (1981), o sentimento de infância se consolida a partir do cuidado que a família passa a ter com a criança e posteriormente da preocupação com seus estudos. Assim como a infância, a família constituía uma estrutura invisibilizada. Na medida em que os acontecimentos sociais vão modificando a sociedade e a cultura, esses dois sentimentos crescem, a família se torna um lugar de amor e atenção e começa a se centrar na criança.

A importância da família no desenvolvimento da criança é resultado de muitos estudos atuais como na área da educação e da psicologia. Essa estrutura é indispensável ao desenvolvimento moral, emocional, biológico, cognitivo e social, sobretudo na fase da primeira infância, dado que na adolescência os grupos sociais de pares exercem maior influência sobre o indivíduo. Com a modernidade, a família começa a se organizar em torno de proporcionar à criança melhores condições de vida e bem-estar. Por ser o primeiro local de socialização da criança, o papel da família nos processos educativos também é um grande pilar nos estudos por parte de pedagogos e psicólogos.

Diante do cenário aqui exposto em linhas gerais, realizamos uma pesquisa bibliográfica qualitativa descritiva, buscando perceber principalmente o papel da família na trajetória histórica e social da infância; como se deu a mudança no papel da criança na sociedade e os marcos regulatórios que confirmam a prioridade que a criança tem na contemporaneidade bem como a importância das instituições de educação e da família para o desenvolvimento integral desta.

Destarte, este trabalho busca revisar a literatura já existente sobre a infância e a família, analisando os desdobramentos de suas significações a partir de seu surgimento no início da modernidade, até a concepção contemporânea de infância, que tem como marca a construção, o inacabamento, o reconhecimento de direitos, e a perspectiva de um sujeito ativo que se relaciona na sociedade.

O estudo se organiza em um capítulo e cinco seções. Nessa primeira parte, busca-se fundamentar o trabalho lançado as bases teóricas que darão suporte a toda reflexão aqui realizada, na qual será descrito todo o processo social e histórico da infância, da mudança de perspectiva da sociedade adulta com relação a criança, de uma sociedade que não percebe suas particularidades, para uma sociedade que se centra em torno dela.

Por conseguinte, será investigado o papel da família na importância que se passa a destinar à criança, fruto de mudanças na sociedade ocasionadas por novas mentalidades, assim como a importância das relações familiares ao desenvolvimento socioafetivo da criança. Na segunda subseção, serão analisadas as concepções a respeito da criança que passaram a ser difundidas na sociedade nos séculos XIX e XX e na contemporaneidade, considerando que essas representações vão se desdobrar em ações voltadas para esse público.

Na sequência, serão investigadas as representações da família a respeito das crianças. As concepções sobre a infância que nesse primeiro ambiente educativo vão influenciar as práticas parentais com os filhos e nos apontar o lugar ocupado pela criança nas famílias, sendo um lugar de direitos ou de invisibilização. Na seção posterior foram enfatizados os estudos da Sociologia da Infância, de fundamental importância na perspectiva da infância como construção social e sujeitos de direitos.

A última seção consta de uma retrospectiva no atendimento educacional de crianças no Brasil, entendendo que são esses marcos legais que irão efetivar para a infância essa centralidade, interesse e importância nas diferentes estruturas da sociedade, principalmente no que diz respeito à família e à escola. Ademais, enfatizou-se a importância da dialogicidade entre a instituição escola e a instituição família para o desenvolvimento integral da criança.

2 REVISANDO A TRAJETÓRIA SOCIAL E HISTÓRICA DA INFÂNCIA

A infância como é conhecida hoje tem um delineamento bastante recente, quando se contempla a trajetória histórica e social desse grupo. As preocupações quanto à formação integral da criança; o valor conferido a cada avanço realizado por uma criança, biológico ou intelectual e a importância e afeto atribuídos à infância pela família e pela sociedade são aspectos inimagináveis até o século XVIII. Época em que a infância foi consolidada pela sacralização da família na sociedade, tornando-se um seio de afeto, cuidado, responsável por manter a saúde e a educação, passando a ser o pilar de maior importância, os filhos.

Até o século XVIII houve uma longa caminhada de visibilização progressiva da criança, que vai da idade média até a modernidade, na qual a infância recebe boa parte das especificidades que reconhecemos hoje. Para fazer essa retomada histórica, foram estudados os escritos de Philippe Ariès (1981) que faz um amplo, rico e denso detalhamento teórico através de diversas fontes, sobre a história da criança e da família a partir da Idade Média. Desta forma, fica evidenciado na literatura existente que se considera a infância na perspectiva da construção social e os marcos legais de proteção e direitos desse grupo social na contemporaneidade.

A idade média via com maus olhos a infância. Havia uma pressa em fazer com que se passasse logo essa fase, que era resumida aos momentos em que as crianças eram mais frágeis. Após esse breve período, a criança era incorporada à vida, tal qual ela era centrada nas atividades dos adultos; por consequência a criança participava do jogo social adulto, assumindo as atividades adultas. Assim, a aprendizagem da criança se dava por meio do trabalho com os adultos; ela aprendia fazendo, como um mini adulto. Não existia uma etapa bem definida da infância, pelo contrário, existia uma recusa em aceitar essa fase da vida naquela sociedade. É possível perceber a inexistência da infância por meio da sua ausência nas artes medievais, para retratar a criança, fazia-se homens com uma estatura um pouco menor. Ariès (1981) destaca o exemplo de uma miniatura otomiana do século XI, sobre o evangelho de Jesus, quando pede para que lhe tragam as crianças.

No século XVII, ocorrem consolidações importantes sobre os temas da infância, isso porque a descoberta da infância se inicia no século XIII. Neste século aparecem alguns tipos de crianças: o anjo; o menino Jesus ou Nossa Senhora menina, pela qual a infância entra no mundo das representações; e a criança nua. É importante ressaltar que a partir do século XV surgem duas formas principais de representação da infância: o retrato, em que as crianças eram retratadas sozinhas, sobretudo em efígies funerárias. Entretanto, só a partir do século XVI, os retratos da criança sozinha ficam mais populares; O putto, a representação da criança nua, que além de mostrar interesse pela nudez clássica, mostrava um interesse pela infância (ARIÈS, 1981). Outro marco importante nessa trajetória de visibilização é a definição de um traje para a infância. Segundo Ariés:

[...] a Idade Média vestia indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se apenas em manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social. Nada, no traje medieval, separava a criança do adulto. Não seria possível imaginar atitudes mais diferentes com relação à infância. No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade, que a distinguiu dos adultos. Esse fato essencial aparece logo ao primeiro olhar lançado às numerosas representações de crianças do início do século XVII. (ARIÈS, 1981, p. 70.)

A relação entre a vestimenta da infância está explicitamente ligada com o papel desempenhado pela criança naquela sociedade, isto é, quando passava sua fase mais frágil e era inserida nos hábitos dos adultos, logo era vestida como um adulto. Os trajes para separar a infância das outras fases da vida começaram primeiro entre as classes mais altas no século XVI, afetando primeiro os meninos e depois as meninas. As crianças pobres conservaram ainda a forma de se vestir dos adultos, indicando que o sentimento de infância para as crianças dessa classe social demorou a se efetivar.

De acordo com o exposto, tendo por base o historiador francês Philippe Ariés, a infância é uma construção social, que vai estar interligada ao contexto histórico, político e social de determinado lugar. Sua construção parte do progressivo interesse sobre esta parcela da sociedade em determinado contexto histórico (Idade média) e se desenrola por meio de variados condicionantes externos e internos até o que conceituamos hoje sobre a infância. Essa lenta construção dá origem a uma nova realidade, relacionada com as novas perspectivas. Fazendo um contraponto aos abrangentes fatos trabalhados nos estudos de Ariés, Kuhlmann Jr. (2012, p. 22), afirma:

No lugar de postular uma sucessão de fatos que iriam da inexistência à existência de um sentimento da infância, acompanhado do progresso das concepções pedagógicas, a compreensão do passado precisa levar em conta as tensões existentes em torno das relações sociais que constituem os processos históricos.

Assim, pode-se inferir que, embora a sucessão de fatos possa dar a impressão de que foi um processo simples e linear, o período estudado pelo historiador no que diz

respeito ao tratamento destinado às crianças movimentou diversas instâncias sociais e levou séculos para se consolidar, nesse fato reside a crítica de Kuhlmann sobre os assuntos relativos ao surgimento da infância na citação acima.

Sobre isso também afirma Pinto (1997, p.44): “[...] se tratou de um movimento extremamente lento, inicialmente bastante circunciso as classes mais abastadas.” (se referindo ao avanço no sentimento de infância).

Destarte, toma-se a concepção de criança como um sujeito histórico e cultural, e a observação do conjunto de fatores que vão desencadear essa mudança, salientando a interligação entre os pilares da sociedade e a certeza de que nenhum fato acontece isolado.

2.1 O papel da família no desenvolvimento da infância e da criança

Assim como a infância, a família subsistia em determinada invisibilidade, sem muitas atenções e afetos, diferente de como hoje a conhecemos. Esta estrutura tem sua reconfiguração, para um lugar de afeto e preocupação, paralelo ao surgimento do sentimento de infância. Constatamos hoje a família como o eixo central da vida, o lugar onde são lançadas as bases para que o indivíduo possa alcançar seus objetivos. A família contemporânea, caracterizada por ser nuclear, se tornou um lugar de afeto e amparo, embora se questione de modo crítico as relações familiares e suas influências sob a prole.

O surgimento da categoria infância está intimamente relacionado ao surgimento da família, já que começa a se organizar em torno da criança e destinar a ela cuidados e preocupações, bem como a se identificar com elas, no tocante às semelhanças físicas. A família não tinha a oportunidade de criar afeto pela criança, sobretudo porque na maioria das vezes, a passagem da criança pela sociedade era bastante rápida, dadas as taxas de mortalidade. Nesses primeiros e únicos meses com a família, a criança recebia um tratamento de paparicação, que Ariés descreve como um “sentimento superficial” com relação a criança, a qual era uma “coisinha engraçadinha” e trazia divertimento aos adultos (ARIÉS, 1981, p.10).

É importante ressaltar que as principais funções da família não incluíam o afeto, mas tinha a ver muito mais com o mantimento de uma estrutura social, do que uma estrutura interna, que dizia respeito à prática de um ofício, a conservação de bens e auxílio no cotidiano. Na família medieval a criança só convivia até os 7 ou 9 anos, depois era levada à outra família para ser educada. Essa educação ocorria pela aprendizagem e pelo serviço doméstico, por esse motivo também, a família não podia alimentar um sentimento pelos filhos, pois logo quando passavam a fase de maior dependência, eram tirados de casa.

A sociedade industrial promove acontecimentos importantes que vão influenciar o século seguinte. No século XVIII o processo de escolarização se estabelece, sendo assim a aprendizagem substituída pela escola, nos períodos anteriores a educação em escolas já passava a ser ofertada, mas só no século neste século essa mudança é consolidada. Este fato se entrelaça com as mudanças na sociedade e na família, que quer cada vez mais estreitar os laços com os filhos. A família começa a priorizar o afeto entre a prole e o interesse pelos estudos dos filhos, segundo P. Ariés (1981,

p. 11): “A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se expressou sobretudo através da importância que se passou a atribuir à educação.”

As teorias sobre o desenvolvimento psicológico das crianças foram fundamentais para distinguir as diferenças entre a criança e o adulto, essas teorias começaram a surgir no final do século XIX, sob o enfoque das características das crianças do seu nascimento à adolescência, articulando-se a inteligência, aprendizagem e personalidade. No século seguinte as teorias da psicologia se sistematizam, principalmente no aspecto do desenvolvimento psicológico da criança. Nesse período, as abordagens teóricas mais presentes eram a psicanálise, o construtivismo de Piaget e a abordagem sócio-histórica. Freud traz a perspectiva de que a criança sofre consequências do ambiente afetivo e emocional em que vive, nesse caso, os pais são responsáveis pela psicodinâmica da personalidade da criança (LOUREIRO, 2019). Piaget em suas contribuições tinha o interesse de compreender a origem e o desenvolvimento do conhecimento humano, nesse sentido, elaborou a Epistemologia genética, sob as bases da psicogênese e sociogênese, nessas bases o desenvolvimento do conhecimento ocorre em estágios a partir da estrutura orgânica e psíquica, tendo importância nesse processo os adultos, como pais, professores e os pares da criança. Vygotsky considera que o desenvolvimento da linguagem da percepção da imaginação e do pensamento tem início na infância. Para ele, quando está em desenvolvimento a criança apresenta mudanças qualitativas e quantitativas relacionadas às relações com o meio físico e social. Em qualquer perspectiva teórica se reconhece a importância do adulto no processo de formação da criança.

Na contemporaneidade, a família é caracterizada pelo núcleo constituído de pai, mãe e filhos e as diversas variações nessa estrutura, mas sempre centrada em uma parentalidade de primeiro grau. A segunda década do século XX trouxe variadas mudanças à sociedade e principalmente ao núcleo familiar, como a liberdade da expressão sexual e o uso de contraceptivos, que culminou na baixa da natalidade. Assim, os parâmetros rígidos em torno do casamento e das relações familiares dão espaço a uma maior volatilidade nas relações humanas no geral, e principalmente no casamento.

Já a psicologia, destaca a importância dos laços familiares no desenvolvimento da vida humana, seja no processo moralizante, fundamental ao convívio sadio em sociedade, seja no que diz respeito às emoções. Piaget (1977; 1975) argumenta que os pais auxiliam no processo de assimilação das primeiras noções sobre respeito, limites, cooperação, assim como as demais regras sociais. Para Piaget a moral é dividida em duas esferas, a heterônoma e autônoma, a heterônoma é baseada no que um símbolo de autoridade diz, sendo vista como verdade absoluta, e a autônoma é formada a partir do diálogo e racionalização das informações (LA TAILLE, 2006). O eminente teórico ainda argumenta que a criança entra no mundo moral pela esfera heterônoma, desse modo é de extrema importância que ela tenha referências de autoridade, que lhe auxiliem a desenvolver um senso moral, como também é necessário que se dê suporte para que ela pense autonomamente.

Ainda para o autor, quando as relações parentais têm como fundamento a afetividade, respeito e diálogo, a criança pode atingir de maneira satisfatória o desenvolvimento sociomoral.

Observada a importância dos pais e da família no desenvolvimento da criança, destacamos os estudos sobre práticas educativas parentais e suas influências no desenvolvimento social, afetivo e emocional do ser humano. Nessas práticas se enquadram um conjunto de comportamentos e expectativas nas relações entre pais e filhos (PATIAS, SIQUEIRA e DIAS. 2013). Defende-se que a família possui uma estratégia para educar os filhos, essas estratégias, determinadas pelo contexto social, condições financeiras e histórias de vida, que influem diretamente na vida das crianças, os autores destacam a importância da autoridade dos pais para o desenvolvimento socioemocional dos filhos que deve ser pautado no respeito, no diálogo e no afeto.

2.1.1 A infância nos séculos XIX e XX e na contemporaneidade

Dando continuidade a perspectiva de estudo da infância como construção social histórica, nesta seção pretendemos fazer um breve panorama sobre como a infância foi vista nos séculos XIX e XX, bem como na contemporaneidade, dando um enfoque nos estudos sobre a infância como construção social e nas suas representações.

O novo sentimento pela infância ocasiona a formulação de representações, alguns autores começam a se dedicar produzindo conhecimentos sobre esse campo, como recomendações sobre a criação das crianças e ideias pedagógicas baseadas nas concepções que cada teórico tinha sobre a criança e que acabavam por ser mais ou menos difundidas no dia a dia daquela sociedade, algumas com forte influência até os dias de hoje.

As novas realidades e mentalidades sobre a infância dão origem a ideias de pensadores que se dedicaram a essa estrutura social. Uma das principais ideias originadas ainda no século XVII são de Descartes que ressalta o dualismo entre o corpo e a alma, desse modo, as crianças vistas como seres biológicos necessitavam de cuidados e de uma disciplina para o corpo (DO NASCIMENTO et al. 2008). Outro teórico do mesmo século, John Locke traz um pensamento que marca profundamente as concepções de infância, colocando a criança como uma tábula rasa, superfície moldável e uma folha em branco. Nesse sentido, o papel do adulto seria proteger e formar a criança para a sociedade, e aos educadores caberia propiciar o alcance dos objetivos educativos.

Considerado o pai da pedagogia, Rousseau teve um grande lugar entre as ideias mais difundidas sobre a infância naqueles séculos até a contemporaneidade, para este teórico a criança seria um ser bom e puro, por isso a maior preocupação em relação a ela seria conservar essa pureza e inocência. Na esfera pedagógica, para ele, o professor não deveria ensinar a criança, mas guiá-la para aprender a aprender. Vemos nessas ideias, embora distintas, desses dois últimos teóricos, o papel decisivo do adulto no processo de formação das crianças.

Já no século XIX, Durkheim, apregoava que a sociedade deveria ser inscrita na subjetividade da criança, por isso, a infância seria uma etapa em que a criança aprende tais regras para viver em sociedade. Essa visão atribuiu à criança um papel passivo diante da sociedade, em que ela é apenas uma reprodutora da estrutura vigente, sem condições de modificá-la.

A criança do século XX é percebida através das relações entre o desenvolvimento intelectual, emocional e físico. Alguns autores irão dizer que neste século existe uma perda dos traços que distinguem a infância de outras fases. Neil Postman (Dos Santos, 2019) defende que o desaparecimento da infância é percebido pelos hábitos de vestimenta, alimentação e comportamento sexual (exemplifica-se que a atividade sexual se inicia cada vez mais cedo, dada a incidência de gravidez na adolescência) das crianças serem semelhantes aos dos adultos, influenciados pela mídia. Por isso, defende a tese de que se suas atitudes são parecidas, não há a necessidade de se estabelecer classes distintas, desse modo apenas uma classe social seria suficiente para abarcar essas duas etapas geracionais, levando ao desaparecimento da infância.

Como estamos analisando, a infância tem sido resultado de um constructo social, correspondendo a uma categoria de características heterogêneas, elegidas pela sociedade que se inserem, dos sujeitos que a compõem e do que é exigido e esperado da criança.

A criança em momentos históricos já foi considerada apenas pelo fator biológico, sendo consideradas as etapas de seu desenvolvimento, a maturidade do corpo e da mente; a socialização, como um processo de passar para a criança os códigos culturais, valores e expectativas sociais, de modo que ela venha a se tornar o cidadão que a sociedade espera, sendo esta muitas vezes a concepção mais utilizada para lidar com a criança. Essa visão reserva à criança um lugar passivo na sociedade e na sua própria vida, já que ela precisa ser disciplinada e moldada para se adaptar a determinada realidade social.

Os modos pelos quais as crianças são vistas são vários, as concepções mais populares sobre elas costumam ressaltar o que a constitui enquanto criança, o que ela virá a ser e o que é necessário para isso, a importância de inseri-las no mundo adulto, a proteção que tem que ser ofertada a essa fase e, por fim, a criança como um mundo de potencialidades que podem ser exploradas. Algumas imagens sobre a criança podem ser bastante idealizadas e distantes da realidade.

Em uma pesquisa realizada por Dornelles (2015) observou-se a incidência de algumas concepções de infância e foram analisadas as suas origens. Ao responder à pergunta "o que é infância?" As alunas pesquisadas destacaram aspectos relacionados à infância como fase da inocência e a infância como um vir a ser. Também foi pedido para as alunas conceituarem a infância com apenas uma palavra, sendo apresentadas, entre outras: inocência; cuidado; desenvolvimento; liberdade; brincar; espontaneidade; vivacidade; diversão; direito; essência. (DORNELLES, 2015). A autora infere que há nessas respostas dadas a esta pesquisa uma concepção idealizada de infância, algumas baseadas no romantismo que a infância era vista no Renascimento, outras pela ideia de incompletude e falta atribuídas à criança.

As representações sobre a infância socialmente construídas estão ligadas aos discursos produzidos, o que significa que a idade adulta, como a infância são produzidas no interior de atos discursivos, desse modo, as versões idealistas sobre a infância costumam silenciar sobre os aspectos sociais (PROUT, 2010). A infância não deve ser entendida como uma categoria homogênea e natural, essa abordagem tende a tornar a infância superficial, compartimentalizada e negligenciar a atenção às suas especificidades e garantia de seus direitos, resultando em sua invisibilização. Sobre isso, Pinto (1997, p. 63-64) infere:

(...) este ponto, que parece óbvio, necessita de ser considerado na reflexão teórica e no estudo empírico, sob pena de o discurso (e a prática) científico ser enviesado por representações que correspondem não propriamente a infância, entidade fluida e fugidia, mas a uma certa infância mitificado e/ou erigida como infância.

2.1.2 As representações da família sobre a infância

Ainda no sentido das concepções de infância, Montandon (2005) teórica de uma importante corrente fundadora da sociologia da infância, defende que as concepções que se tem de infância vão influenciar na construção dos relacionamentos entre adultos e crianças, sobretudo no modo que os pais vão desenvolver as suas práticas. A autora salienta que se deve considerar o contexto histórico, social e cultural no qual estas práticas se desenvolvem conferindo uma ênfase no papel decisivo da criança a respeito das estratégias educacionais utilizadas pelos pais. Entende-se que a criança embora destinatária de um estilo de prática parental que é determinante no seu desenvolvimento, não é apenas um receptáculo das expectativas educativas dos pais, mas reinterpreta essas práticas a partir de suas próprias perspectivas, sendo parcialmente imprevisível as consequências de determinada prática com os filhos.

Podemos exemplificar o caso de irmãos, no qual os pais afirmam utilizar o mesmo modo educativo para ambos, porém estes demonstram compreensões e atitudes diferentes das expectativas dos pais, pois a relação dos pais com cada filho tem suas particularidades. As disparidades entre as expectativas educativas postas nos filhos e a maior ou menor disposição deles em respondê-las, se torna, sobretudo na adolescência, motivo de conflitos entre pais e filhos. O diálogo racional buscando o entendimento do filho sobre as razões de determinada prática e a percepção sobre as demonstrações dos filhos a respeito das práticas parentais deve ser um norteador nessas relações.

À vista disso, Patias, Siqueira e Dias (2013) sobre as características dos filhos que influenciam as práticas dos pais, asseveram que são fatores: a idade, o temperamento, a ordem de nascimento, e o sexo, dado que a cultura estimula tratamentos diferenciados entre meninos e meninas. Assim como também as variações na composição da família, como separações, divórcios e mudanças na composição do núcleo, doenças, acidentes, vão promover modificações nas práticas familiares.

Montandon (2005) dá uma importante ênfase na concepção que as famílias têm da infância, sendo estas vinculadas ao meio social dos pais e a sua origem cultural. A estudiosa exemplifica que quando a criança era percebida como um ser de pecado,

era comum os pais, para educá-las, utilizarem punições e castigos. Na contemporaneidade, entendida como pessoa plena de direitos, as práticas se modificam, sendo interesse de estudo de psicólogos, antropólogos, sociólogos e pedagogos.

No mesmo trabalho já referenciado, a estudiosa realizou uma pesquisa com crianças de 11 a 12 anos, que buscou coletar as perspectivas destas a respeito das práticas parentais. As expectativas que as crianças tinham com relação a seus pais se dividem em três categorias, as primeiras expectativas são de ordem afetiva e emocional, como: amor, apoio, escuta, compreensão, consolo e humor. Por conseguinte, havia uma expectativa de ordem instrucional: boa educação, regras de socialização e autodomínio e a terceira categoria se referia a transmissão de valores, como amor e honestidade.

Ao fim do estudo realizado, a autora chega à conclusão de que a autoridade é necessária, tanto nas relações parentais, quanto nas relações entre aluno e professor. Também salienta que as práticas educativas são condicionadas por múltiplos e complexos fatores, por isso, para analisá-las é preciso delimitar um contexto específico, considerando com a devida importância os pontos de vista da criança.

Nesse sentido, a família se torna o lugar no qual os direitos da criança são validados ou invisibilizados. As práticas parentais devem ser fatores de proteção às crianças e de reconhecimento delas como sujeito, já que a família estabelece as bases necessárias para as relações da criança na sociedade, devem lhe conferir um ambiente incentivador e seguro.

A violência como educação para os filhos parte de uma representação que concebe a criança como um ser a ser domado e endireitado, e que devem se introduzir nela os valores e regras sociais a qualquer custo. Para a modificação dessa concepção e regulamentação de um tratamento respeitoso com a criança, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990), mais importante documento destinado à criança e ao adolescente.

Esta lei é caracterizada por visar a proteção integral da criança e do adolescente. Esse marco regulatório normatiza tratamentos para as crianças que reconheçam os seus direitos, atribuindo punições àqueles que os alienam de alguma forma. Em um dos seus primeiros artigos a lei regulamenta que a criança tem o direito à vida e à saúde mediante a efetivação de políticas públicas, que possibilitem seu nascimento e desenvolvimento em condições dignas de existência, demonstrando assim um interesse e preocupação para que a criança viva a fase da infância de forma digna.

Já a Lei 13.010 a partir de 2014 (acrescentada ao ECA) estabelece o direito da criança de ser educada sem o uso de castigos físicos ou práticas degradantes. Esses atos regulatórios trazem um novo estatuto para a prática com crianças para toda a sociedade, principalmente para a família e a escola; a família como primeiro ambiente educativo, e a escola como lugar especializado em lidar com crianças e com a responsabilidade de efetivar os direitos conquistados para esse público.

2.1.2.1 A sociologia da infância

Os estudos da infância na atualidade se organizam na perspectiva da recente Sociologia da Infância, constituída pela oposição a uma concepção de infância baseada em uma socialização passiva, regida por adultos. Para Sirota (2001), uma das precursoras do campo de estudos, a infância enquanto objeto de pesquisa resultou na constatação de carências e fragmentação, em relação a concepção de infância, a autora relata que a sociologia geral se fixou em uma concepção durkheimiana de infância, baseada no vir a ser. Com base nisso, destarte, propõe um afastamento dessa concepção e a configuração de uma sociologia da infância. Ainda para Sirota (2001), a visão da infância como construção social é iniciada por Áries, que vai inspirar a pesquisa e discussão por outros autores. Esse campo se baseia em dois conceitos chave, a ação das crianças e a infância como uma estrutura social. Na contramão de uma unidade estável e bem delimitada, se concebe as crianças como atores, sujeitos de infâncias (recusando um modelo padrão de infância) e de direitos que vão se construindo na interação entre os atores sociais.

Os estudos postulados nessa área vão ser uma forte influência para o entendimento de uma infância real, humanizada e heterogênea, influenciando as políticas públicas de forma a considerarem as várias condições que as crianças estão inseridas, opondo à concepção de infância como categoria social naturalmente protegida e intocada, mas que é afetada pela pobreza, desigualdade, preconceito, negligência e outros fatores. As políticas, nesse sentido, devem buscar assegurar às crianças condições de infância que validem os seus direitos, sendo a escola e a família as instituições responsáveis por assegurar esses direitos prioritariamente. Com base nisso analisaremos o atendimento educacional para crianças no Brasil, ressaltando importantes fatos históricos na constituição dessa trajetória.

2.1.2.1.1 Marcos regulatórios no atendimento educacional de crianças no Brasil

A infância enquanto estrutura social vai se concretizar realmente sobretudo pela escolarização. Segundo Ariès (1981), a escola e o colégio, na idade média, eram reservados a poucos clérigos, misturando as diferentes idades. No início da modernidade essas instituições se tornam um meio de isolar a criança para a formação moral e intelectual, de "adestrá-las" com uma disciplina autoritária e as separar da sociedade dos adultos, o colégio tornou-se então um instrumento para a educação da infância e da juventude em geral, dada a devida preocupação da família e da sociedade com essa instituição para crianças. Com isso, o autor já aborda a produção de materiais pedagógicos quando a escola passa a substituir a aprendizagem, a diferenciação entre a literatura de crianças e adultos, e os tratados de civildade que também serviram de material pedagógico para apoiar a formação da criança, embora não fosse um livro.

No Brasil a educação é iniciada com os jesuítas que tinham como o objetivo explícito catequizar os índios. Foi trazido por eles para o Brasil o sistema Ratio Studiorum que expandiu os colégios para o ensino da elite (ALENCAR E OLIVEIRA, 2017). As mulheres e os negros não tinham acesso à educação promovida por este grupo, naquela sociedade, apenas a criança da casa grande recebia a educação dos jesuítas. Já no século XVIII esse grupo é expulso pelo Marquês de Pombal, acarretando retrocesso à educação nesse território, dada a sua importância para a aprendizagem da leitura e da escrita.

A criança negra, assim como a criança branca pobre, vivia em situações parecidas. Além de não ter esse acesso aquela modalidade de educação, a criança negra era retirada da mãe ainda recém-nascida. Pela falta de condições dessas mulheres, de criar seus filhos, durante o século XVIII e XIX, a casa dos expostos foi criada para salvar a vida de recém-nascidos abandonados. Os usuários da roda eram quase todos filhos de escravas, mas se recebia também crianças de qualquer cor, e era preservado o anonimato dos pais (LEITE, 1991; CIVILETTI, 1991).

A creche, de origem francesa, chegou ao Brasil substituindo a casa dos expostos que marcou o período de escravidão. Essa instituição surgiu em meados do século XVIII para atender as crianças que estavam na rua, seja porque os pais trabalhavam, seja por abandono (MACÊDO E DIAS, 2012). Essa política de caráter assistencialista cuidava das crianças em seus aspectos higiênicos, de saúde e alimentação, não sendo um local prioritário de educação. Ainda segundo Macêdo e Dias (2012) nas propostas das instituições de atendimento à infância estavam articuladas três vertentes: a jurídico-policial, a médico-higienista e a religiosa. Com isso, no final do século XIX a perspectiva de proteção à infância impulsiona países do ocidente a criarem instituições para cuidar das crianças sob diferentes enfoques.

Em contraponto, os jardins de infância, criados pelo alemão Friedrich Froebel, tendo em sua concepção a ideia de que as crianças são como flores e as professoras como as jardineiras (DOS SANTOS, 2019), possuíam caráter pedagógico e visavam o desenvolvimento da criança, eram destinados às classes altas, sendo sempre designada pelo seu nome, para fazer a diferenciação entre a creche e outras instituições para as crianças pobres.

No Brasil, o atendimento às crianças por muito tempo seguiu a mesma tendência de outros países, a escola com função assistencialista, com o objetivo de ser um lugar para as mães trabalhadores deixarem seus filhos. No início do século XX foram criadas as primeiras instituições assistencialistas, o principal objetivo era tirar as crianças da rua, protegendo-as da criminalidade e as preparando para o futuro. Nesta década a ideia era que a infância deveria ser protegida, no caso, salvar a criança abandonada pela família e colocá-la sob proteção do estado

A creche como direito da criança foi resultado da luta de movimentos importantes do Brasil no final da década de 70. A regulamentação desse direito é efetivada no artigo 205º da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna prevê a educação como direito de todos e dever do Estado. A partir desse marco se passa a ter um novo olhar para as instituições de atendimento à infância, se tornando de fato estabelecimentos educacionais e o Estado como principal responsável pela educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as bases para a educação em todos os níveis, marca a entrada da educação infantil como primeira etapa da educação básica, sendo indissociável e imprescindível para os outros níveis da educação, e que além disso marca o caráter indissociável da educação infantil, o cuidar e o educar, deixando claras as suas funções no art. 29º:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus

aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, Art. 29)

Desse modo, coloca-se nessas instituições o caráter educacional antes desconhecido, buscando a formação integral da criança, e não apenas em cuidados para seu desenvolvimento biológico e moral, ainda que esses sejam pontos essenciais à formação da criança na prática dessas instituições.

Retomando o artigo 205º, em seu artigo 227º a Constituição Federal de 1988, preconiza que é dever de todos garantir, com absoluta prioridade, os direitos das crianças e adolescentes. Reiterando o que diz a Carta Magna, cria-se o já citado Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, documento destinado à proteção da criança e do adolescente.

Todo esse ordenamento legal traz um novo estatuto para a prática pedagógica na Educação Infantil, o que implica em uma nova postura e prática desses profissionais, ou seja, uma postura em que se articulam cuidar/educar, não mais com o cunho assistencialista. Enfatizamos com essa retrospectiva no atendimento educacional de crianças, o importante papel da escola na constituição da infância, sabendo que estes são espaços onde se deve, prioritariamente, efetivar as conquistas políticas sobre os direitos da criança.

Para tanto é essencial a parceria entre escola e família, considerando-se que a escola não pode abarcar sozinha toda a complexidade de formação do ser humano. Essa parceria precisa ser uma via de mão dupla. Desta forma, é fundamental que a família esteja inserida nos processos educativos da criança, conferindo valor a esses processos e acompanhando o desenvolvimento das crianças nos mais variados aspectos e dando continuidade a esse desenvolvimento em casa.

No entanto, resultados em pesquisa realizada por Loureiro (2015 Apud TARGINO, 2019) com professoras de pré-escolas do município de Campina Grande - PB foi constatada a omissão da família direcionada à formação de valores, colocando sob a escola toda a responsabilidade por essa formação. Nesse sentido, há uma confusão entre as responsabilidades que cada instituição tem com relação à criança.

A família como primeiro lugar de socialização da criança, onde são aprendidas as regras sociais, os códigos culturais e os valores e a escola como o primeiro lugar fora da família no qual a criança aprende a socializar, são eixos fundamentais no desenvolvimento da criança, cada um desempenhando um papel que corrobora com a formação integral desta. A educação na família, por ser o primeiro ambiente educativo da criança, sobrepõe às demais instituições educativas que o indivíduo participa, assim, a família se torna a referência do indivíduo no que diz respeito a valores, opiniões, regras de convivência entre outros aspectos. Já a escola terá a responsabilidade de desenvolver na criança os aspectos educacionais concernentes ao desenvolvimento do corpo, das relações entre pares, da relação com o mundo e com si mesmo, do desenvolvimento da sensibilidade, entre outros, áreas que são determinadas pelos campos de experiência da BNCC (Base Nacional Comum curricular) para a educação infantil, documento normativo que direciona as práticas educativas desenvolvidas na escola.

A família como importante pilar na formação integral e principalmente afetiva da criança, também é um fortalecedor no trabalho que a escola irá realizar com a criança, em caso contrário, a indisposição da família aos processos educativos pode dificultar o trabalho da escola com a criança, já que os modelos que ela elege nessa fase de vida irão estar enfraquecendo a influência da escola. A escola, por sua vez, deve incentivar a participação da família nos processos escolares e corroborar com o bom desenvolvimento das relações familiares, sabendo que são essenciais ao bem-estar da criança, dessa forma, a escola e a família devem se articular e andar lado a lado. Nesse sentido, Santos (2014) assevera: “(...) o trabalho realizado em conjunto pelas duas instituições, família e escola, faz com que haja uma melhoria tanto no desenvolvimento escolar do aluno, quanto em suas relações em outros contextos sociais, tais como o âmbito familiar.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa bibliográfica evidencia a infância enquanto estrutura social, passando de uma categoria inexistente para se tornar uma estrutura central na sociedade. Essa retomada histórica foi realizada pelos estudos de Ariès (1981), autor clássico para o estudo da infância enquanto construção. Enfatiza-se, por meio disso, que o reconhecimento das particularidades das crianças foi algo construído, tendo seu início a partir da modernidade e se mantém em construção, essa visão dá respaldo para a perspectiva das crianças como sujeitos ativos e de direitos, concepção contemporânea da infância.

Foi possível observar que o processo de visibilização da infância estava lado a lado ao desenvolvimento do sentimento pela família, como um lugar de afeição, afeto, cuidado e preocupação. Sendo assim, essas duas novas mentalidades crescem juntas pois o sentimento de infância começa de fato a se reformular quando a criança é acolhida no seio familiar como objeto de desejo e afeto.

A importância da estrutura familiar ao desenvolvimento da infância foi analisada nos termos morais, afetivos e sociais, baseado em variados teóricos, ficando claro através do estudo os efeitos das práticas familiares na vida da prole, constando o importante papel da família no desenvolvimento da infância, como o lugar onde as crianças devem ter os seus direitos assegurados, serem reconhecidas como sujeito de sua história, além disso, a presença de afeto, amor, cuidado, apoio, diálogo, favorece de modo determinante a vida da criança, a capacitando para enfrentar os obstáculos, ultrapassar seus limites e se tornar um sujeito autônomo.

Foram analisadas as concepções sobre a infância ao longo do tempo, algumas marcadas pela visão da criança como passiva, destacando o papel do adulto sobre ela para que se tornasse o que a sociedade esperava naquele momento histórico. Enquanto que, na contemporaneidade, a infância como construção, tida como inacabada, concepção que se estende as outras fases da vida. Essa é a visão que aqui afirmamos como legítima, no sentido de reconhecimento da criança como sujeito pleno.

No que diz respeito, às concepções de criança no seio familiar, investigou-se o viés de suas implicações sobre as práticas de pais com filhos. Ficou evidenciada a relação entre as representações sobre a criança e a prática parental. Como também, que

existe uma expectativa de comportamentos por parte dos pais, como também por parte dos filhos, que são ativos nesse processo e estão o tempo todo interferindo a respeito as práticas que recebem, seja dos seus pais, responsáveis ou professores.

O campo de estudo da sociologia infância foi considerado para o entendimento de sua importância, por ser através dele, que se organizam os estudos que visualizam a criança como sujeito de direitos, ativo na sociedade e produtor de culturas e como uma estrutura que foi construída e permanece em constante construção. Esses estudos na vertente de uma infância real vão influenciar as formas pelas quais, esse construto é visto na contemporaneidade.

Por fim, realizou-se um panorama sobre o atendimento de crianças no Brasil, considerando-se que os marcos nas políticas para esse público e nos documentos legais vão afirmar o lugar que a criança ocupa na sociedade.

Ainda nessa seção, se fez importante analisar a importância do envolvimento da família e da escola nos processos educativos da criança. A articulação entre esses dois pilares é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, por isso, incentiva-se que essa primeira estrutura seja inserida na escola continuamente, com a devida valorização e dialogicidade, assim como, se deve fazer presente o apoio da família às ações da escola. Nesse caminho, o diálogo, o afeto e o respeito na família e na escola são valores em destaque para o reconhecimento da criança enquanto sujeito de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990a.

BRASIL. **Lei nº 13.010**. de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. **O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista**. Cadernos de Pesquisa, n. 76, p. 31-40, 1991.

DE ALENCAR, Edvonete Souza; DE OLIVEIRA, Mariane dos Santos. **História da educação infantil no Brasil**: as brincadeiras e os jogos. Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade, v. 4, n. 7 (2017), p. 51-63, 2017.

DO NASCIMENTO, Cláudia Terra; BRANCHER, Vantoir Roberto; DE OLIVEIRA, Valeska Fortes. **A construção social do conceito de infância**: algumas interlocuções históricas e sociológicas. Revista Contexto & Educação, v. 23, n. 79, p. 47-63, 2008.

DORNELLES, Leni Vieira; MARQUES, Circe Mara. **Mas o que é infância? – atravessamento de múltiplos olhares na formação de professores**. Educação, v. 38, n. 2, p. 289-298, 2015.

DOS SANTOS, Juliara Dias; MOLINA, Adão Aparecido. **Infância e história**: a criança na modernidade e na contemporaneidade. Travessias, v. 13, n. 1, p. 189-204, 2019.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. **Diferentes concepções da infância e adolescência**: a importância da historicidade para sua construção. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 7, n. 1, p. 147-160, 2007.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR, Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. **Infância**: construção social e histórica. Educação infantil e sociedade. Questões contemporâneas. Nova Petrópolis, RS: Nova Harmonia, p. 21-56, 2012.

LA TAILLE, Yves de. **Limites: Três dimensões educacionais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **A Roda de Expostos. O Óbvio e o Contraditório da Instituição**. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 2, n. 2, p. 66-75, 1991.

LOUREIRO, Ana Cristina (Org.) **Psicologia e processos educativos**. Recife: Libertas, 2019.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro; DIAS, Adelaide Alves. **A educação da primeira infância no Brasil entre os séculos XIX e XX**. In. IX seminário nacional de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil, 2012. João Pessoa: UFPB. p. 3268-3284.

MONTANDON, Cléopâtre. **As práticas educativas parentais e a experiência das crianças**. Educação & Sociedade, v. 26, p. 485-507, 2005.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar**. Educação e Pesquisa, v. 38, n. 4, p. 981-996, 2012.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos**. Mudanças—Psicologia da Saúde, v. 21, n. 1, p. 29-40, 2013.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. 3ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

PIAGET, J. **O Julgamento Moral na Criança**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977.

PINTO, Manuel. **A infância como construção social**. 1997.

PROUT, Alan. **Reconsiderando a nova sociologia da infância**. Cadernos de pesquisa, v. 40, n. 141, p. 729-750, 2010.

SANTOS, Luana Rocha dos. **A importância da relação escola-família**. 2014.

SIROTA, Régine. **Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar**. Cadernos de pesquisa, n. 112, p. 7-31, 2001.

TARGINO, Magnólia de Lima Sousa. **Trabalhando as relações parentais e o desenvolvimento socioafetivo de adolescentes em escolas do ensino fundamental**. PROBEX/Psicologia-Pedagogia/ Relatório Final. UEPB. Campina Grande, PB, 2019.